

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e do art. 397, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a convocação de Sua Excelência, o Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Doutor **LUIS CARLOS GUEDES PINTO**, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre a situação e as medidas adotadas em relação ao Relatório elaborado pelo Serviço Veterinário de Alimento (Food and Veterinary Office) (FVO), que em missão européia ao Brasil, no período de 23 de novembro a 01 de dezembro de 2005, para fiscalizar as medidas adotadas pelo Governo brasileiro, no tocante ao controle fito-sanitário dos produtos brasileiros que são exportados para a Europa, constatou que: ***“a maioria das deficiências encontradas em 2003 não foram retificadas e muitas das ações prometidas de fato não aconteceram. Conseqüentemente o sistema atual para o controle de resíduos e drogas veterinárias não é adequado e não oferece garantias equivalentes às aquelas oferecidas pela legislação da comunidade européia”***.

O Relatório aponta, ainda, falhas no planejamento e implementação do Plano Nacional de Controle de Resíduos - PNCR, elaborado pelo Ministério da Agricultura, e a incapacidade da rede laboratorial oficial em atender até o que fora estipulado pelo Governo Federal no seu Plano, bem como a falta de controle na distribuição e uso de medicamentos veterinários em território nacional.

A aprovação, no Brasil, de um grande número de antibióticos expressamente proibidos pela UE e a ausência de testes para estas substâncias expõe a saúde dos humanos a riscos graves e aumentam ainda mais o descrédito quanto aos nossos controles, foi outro ponto abordado pela Missão.

Só para ter uma idéia da gravidade do problema, o Brasil produziu um milhão de toneladas de pescados em 2004, através da pesca e da criação de animais aquáticos, volume 32% superior ao de dez anos atrás. Graças ao aumento das exportações, em virtude da carcinicultura, desde 2001 a balança comercial de pescados brasileira é positiva e no ano passado o setor pesqueiro nacional exportou 86 mil toneladas e gerou 385 milhões de dólares em divisas com as exportações. As condições naturais do país para a aquicultura e o avanço tecnológico alcançado pela indústria contribuíram para que nos últimos cinco anos a criação de camarões e tilápias no Brasil aumentassem 160% e 113%, respectivamente.

Mas, infelizmente, todo este avanço está ameaçado, porque o mercado europeu sinaliza com a possibilidade de impedir a entrada de nossos produtos, por falhas graves encontradas no Plano Nacional de Controle de Resíduos oficial (PNCR).

Já se têm notícias, inclusive, que **o mel brasileiro** já sofreu restrições e a carne e o frango, também, estão ameaçados.

Este problema é de extrema gravidade, e um embargo nas nossas exportações trará consequências catastróficas como demissões em massa e quebra das nossas exportações, uma vez que não dispomos de mercados alternativos para absorver o produto destinado à Europa.

Vários estados que desenvolvem a carcinicultura e a pesca serão prejudicados, a exemplo do Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Piauí, Paraíba, dentre outros.

Sala das Sessões,

Senador **JOÃO BATISTA MOTTA**